

SELEÇÃO COMPETITIVA PÚBLICA Nº 001/2018
EDITAL DE ABERTURA - Nº 001/2018

O Presidente do Consórcio Público Intermunicipal de Inovação e Desenvolvimento do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e na forma prevista no artigo 37 da Constituição Federal, Protocolo de Intenções, firmado em 15 de abril de 2013, com as alterações introduzidas pelo Primeiro Aditamento do Protocolo de Intenções, firmado em 31 de março de 2017, nas instruções contidas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, **TORNA PÚBLICO** que estarão abertas as inscrições para a Seleção Competitiva Pública, destinada ao preenchimento de vagas e as que vierem surgir durante a validade do processo de seleção do Consórcio Público Intermunicipal de Inovação e Desenvolvimento do Estado do Paraná - CINDEPAR, sob regime Celetista, que se regerá de acordo com as instruções especiais que serão partes integrantes deste Edital.

A realização da Seleção Competitiva Pública foi autorizada conforme Resolução nº 18/2016, alterada pela Resolução nº 27/2017 do Presidente do Consórcio, publicado no Órgão Oficial do CINDEPAR, em 12/05/2017 e 28/11/2017, e em conformidade com o previsto no Processo Administrativo nº 003/2017, do Contrato Administrativo nº 010/2017. A Seleção Competitiva Pública, observada a legislação específica, será regida pelas regras estabelecidas no presente Edital, e executado pela empresa EPL concursos, com sede na Avenida Rio de Janeiro nº 619, Jd. Independência - Sarandi – Paraná - CEP 87 113-250, endereço eletrônico www.eplconcursos.com.br e correio eletrônico contato@eplconcursos.com.br.

1. QUADRO DE EMPREGOS PÚBLICOS, VAGAS, TAXA DE INSCRIÇÃO, REQUISITOS E PROVAS

EMPREGO PÚBLICOS	Vagas	Vencimento Mensal R\$	Requisitos	Carga horária Semanal	Taxa de Inscrição R\$	Provas
Advogado	1	2.000,00	Curso Superior em Direito e registro na OAB	20	100,00	Objetiva e Títulos
Contador	1	2.000,00	Curso Superior em Ciências Contábeis e registro no CRC	40	100,00	Objetiva e Títulos
Técnico Administrativo	1	1.200,00	Ensino Médio concluído	44	60,00	Objetiva
Auxiliar de Serviços Gerais	5	1.000,00	Ensino Fundamental concluído	44	50,00	Objetiva
Operador de Usina de Pavimentação Asfáltica	5	1.500,00	Ensino Fundamental concluído e CNH categoria "C" ou superior.	44	75,00	Objetiva e Prática
Motorista	5	1.500,00	Ensino Fundamental concluído e CNH categoria "C" ou superior.	44	75,00	Objetiva e Prática

1.1. Para os empregos públicos de Motorista e Operador de Usina de Pavimentação Asfáltica será aplicada além da prova objetiva a prova prática.

1.2. Para os empregos públicos de Advogado e Contador será aplicada além da prova objetiva a prova de títulos.

1.3. Para todos os empregos públicos será aplicada prova objetiva.

1.4. A lotação para os empregos públicos será na cidade de Astorga, PR, sendo que para os empregos públicos de Operador de Usina de Pavimentação Asfáltica, Motorista e Auxiliar de serviços Gerais os serviços ocorrerão nos municípios consorciados que encontram-se discriminados no Protocolo de Intenções e àqueles que vierem a se consorciar.

1.5. As despesas com locomoção, alimentação e hospedagem aos empregados públicos que realizarem serviços nos municípios consorciados ocorrerão a encargo do CINDEPAR.

1.6. A contratação é por prazo indeterminado.

1.7. As relações de trabalho de todos os empregos públicos serão regidas pelas determinações da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, assim como as normas internas do CINDEPAR.

1.8. Os contratos de trabalho celebrados em decorrência desta Seleção Competitiva Pública vigorarão por prazo indeterminado, podendo ser rescindidos, além das causas previstas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, por ato unilateral do CINDEPAR nas seguintes hipóteses:

- a) prática de falta grave, dentre as enumeradas no art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, apurada em procedimento administrativo;
- b) acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;
- c) necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesas, nos termos da Lei Complementar a que se refere o artigo 169 da Constituição Federal e Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
- d) insuficiência de desempenho, apurada em procedimento no qual se assegurem pelo menos um recurso hierárquico dotado de efeito suspensivo, que será apreciado em trinta dias, e o prévio conhecimento dos padrões mínimos exigidos para a continuidade da relação de emprego, obrigatoriamente estabelecidos de acordo com as peculiaridades das atividades exercidas.

1.9. Na hipótese da alínea “c”, a rescisão contratual far-se-á nos moldes do art. 477 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

1.10. Em caso de extinção do Consórcio Público Intermunicipal de Inovação e Desenvolvimento do Estado do Paraná - CINDEPAR, os empregados públicos terão automaticamente rescindidos os seus contratos de trabalho com o Consórcio, conforme dispõe o Protocolo de Intenções firmado entre os entes consorciados.

2. REQUISITOS COMUNS A TODOS OS EMPREGOS PÚBLICOS

2.1. Ser brasileiro nato, ou naturalizado de acordo com o Art. 12 da Constituição da República Federativa do Brasil/1988, cujo processo tenha sido encerrado dentro do prazo das inscrições.

2.2. Os candidatos deverão possuir idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos na data da contratação.

2.3. Os candidatos deverão estar em dia com as obrigações do serviço militar (se do sexo masculino) e resultantes da legislação eleitoral.

2.4. Os candidatos deverão comprovar ter todos os requisitos exigidos para o emprego público, na data da contratação.

2.5. Não ter sido condenado por crime contra o Patrimônio, a Administração, a Fé Pública, os Costumes e os previstos na Lei nº 11.343 de 23/08/06.

2.6. Os candidatos deverão comprovar aptidão física e mental por Serviço Médico Pericial.

3. DA INSCRIÇÃO, DO REQUERIMENTO E DEMAIS EXIGÊNCIAS NO ATO

3.1. O pedido de inscrição deverá ser efetuado via Internet, no endereço eletrônico www.eplconcursos.com.br.

3.2. Não será aceita inscrição por via postal, fax ou correio eletrônico.

3.3. Antes de efetuar a inscrição, o interessado deverá conhecer este Edital na íntegra e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a investidura no emprego público pleiteado, sendo que o pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, haverá isenção total nos moldes do item 4, deste edital, salvo em caso de anulação plena deste Seleção Competitiva Pública.

3.4. Para efetuar a inscrição, é indispensável o preenchimento completo da ficha de inscrição.

3.5. As inscrições estarão disponíveis no site a partir das **11h00min horas, do dia 06 de março de 2018 até as 16h00min horas do dia 04 de abril de 2018**, devendo o candidato preencher, obrigatoriamente, de forma completa e correta, todos os campos da ficha de solicitação de inscrição, fazer a conferência das informações. O prazo máximo para reimprimir o boleto bancário e pagar a taxa de inscrição em qualquer agência bancária do território nacional, ou pela Internet via “bankline” será **até o 05/04/2018**.

3.6. A inscrição na Seleção Competitiva Pública implica, desde logo, o conhecimento e a tácita aceitação pelo candidato de todas as condições estabelecidas neste Edital, devendo declarar na ficha de solicitação de inscrição que tem ciência e concorda que quando convocado deverá entregar todos os documentos comprobatórios exigidos para o emprego público, por ocasião da contratação/nomeação.

3.7. O boleto bancário referido no item 3.5 (três ponto cinco) deverá ser impresso pelo candidato, após a conclusão do preenchimento da ficha de solicitação de inscrição.

3.8. O valor da taxa de inscrição será conforme constante no Quadro do item 1.

- 3.9. As inscrições realizadas com pagamento após a data citada no item 3.5 (três ponto cinco) serão indeferidas.
- 3.10. No caso do pagamento da taxa de inscrição ser realizado com cheque que venha a ser devolvido, por qualquer motivo, a Comissão Especial da Seleção Competitiva Pública reserva-se ao direito de indeferir a inscrição e tomar as medidas legais cabíveis.
- 3.11. A Comissão Especial da Seleção Competitiva Pública não se responsabiliza por solicitação de inscrição via Internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação e congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.
- 3.12. Não será aceita inscrição condicional ou extemporânea.
- 3.13. A inscrição somente será considerada confirmada após a identificação eletrônica do pagamento da taxa de inscrição.
- 3.14. O comprovante de pagamento da taxa de inscrição deverá ser mantido em poder do candidato, devendo ser apresentado quando houver necessidade.
- 3.15. As informações prestadas no pedido de inscrição via Internet serão de exclusiva responsabilidade do candidato, dispondo a Comissão Especial da Seleção Competitiva Pública do direito de excluir do certame o candidato que não preencher o formulário de forma completa e correta, pressupondo-se, pela formalização desses atos, o conhecimento pormenorizado deste Edital, com a consequente aceitação de todos os seus termos.
- 3.16. A declaração falsa ou inexata de dados constantes da Ficha de Inscrição acarretará em insubsistência da inscrição, nulidade de aprovação e/ou da classificação, além da perda dos direitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis.
- 3.17. A efetivação da inscrição implica a sujeição deste Edital em todos os seus termos.
- 3.18. O candidato poderá se inscrever para apenas um emprego público.
- 3.19. Efetuada a inscrição, não será permitida a alteração do emprego público escolhido na ficha de inscrição, seja qual for o motivo alegado.
- 3.20. Caso seja efetuada inscrição para mais de um emprego público cujas respectivas provas objetivas sejam concomitantes, o candidato deverá fazer a opção por um deles, ficando eliminado nas outras opções em que constar como ausente.
- 3.21. É vedada a transferência para terceiros do valor da taxa de inscrição.
- 3.22. Ao candidato será atribuída total responsabilidade pelo correto preenchimento do formulário de inscrição.
- 3.23. Em caso de dúvida para efetivar a sua inscrição, o candidato poderá entrar em contato com a empresa clicando no ícone “**Contato**” do site www.eplconcursos.com.br.

4. DA ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

- 4.1. Haverá isenção de taxa de inscrição para candidato, que atender os termos da Lei Estadual nº 19.196/2017 e/ou Lei Estadual nº 19.293/2017.
- 4.2. A isenção deverá ser solicitada nos dias **06, 07 e 08 de março de 2018**.
- 4.3. Para a obtenção da isenção o candidato **deverá** no momento de realizar sua inscrição, escolher a opção de **isento** no formulário de inscrição e anexar o documento comprobatório conforme segue:
- a) Para candidatos que atendem a Lei Estadual nº 19.293/2017, como Doador de Sangue, o candidato deverá anexar a comprovação da condição de doador de sangue expedido pela entidade coletora;
- b) Para candidatos que atendem a Lei Estadual nº 19.196/2017 o candidato deverá anexar documento, expedido pela Justiça Eleitoral, contendo o nome completo do eleitor, a função desempenhada, o turno e a data da eleição.
- 4.4. Considera-se, para enquadramento ao benefício previsto por esta Lei, somente a doação de sangue promovida a órgão oficial de saúde ou à entidade credenciada pela União, pelo Estado ou pelo Município.
- 4.5. Para ter direito à isenção, o eleitor convocado terá que comprovar o serviço prestado à Justiça Eleitoral por, no mínimo, dois eventos eleitorais (eleição, plebiscito ou referendo), consecutivas ou não.
- 4.6. Não serão realizados pedidos de correção ou juntada de documentos fora do prazo e forma especificados nos itens anteriores, tampouco, serão aceitas alterações e ou juntada de documentos após a efetivação da inscrição.
- 4.7. A EPL CONCURSOS verificará a veracidade das informações prestadas pelo candidato junto ao órgão e terá decisão terminativa sobre a concessão ou não do benefício.

4.8. As informações prestadas no requerimento de isenção serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo este responder, a qualquer momento, por crime contra a fé pública, o que acarretará em sua eliminação da Seleção Competitiva Pública, além da aplicação das demais sanções legais.

4.9. Não será concedida isenção de pagamento de taxa de inscrição ao candidato que não observar as condições e formalidades estabelecidas neste Edital.

4.10. O Edital contendo a relação dos candidatos com pedidos de isenção deferidos e indeferidos será divulgado até **14 de março de 2018** através dos sites www.eplconcursos.com.br e www.cindepar.com.br e no Órgão Oficial Eletrônico do CINDEPAR: <http://diariooficialdoparana.com.br/site/publicacao/12143>.

4.11. Quanto ao indeferimento do pedido de isenção caberá recurso nos moldes do item 14.

4.12. Não será concedida isenção do pagamento de taxa de inscrição ao candidato que:

- a) Omitir informações e/ou torná-las inverídicas;
- b) Fraudar e/ou falsificar qualquer documentação;
- c) Não observar a forma e os prazos estabelecidos no subitem anteriores;

4.13. O candidato com pedido de isenção indeferido deverá realizar o pagamento do boleto de inscrição nos moldes do Item 3 deste edital.

5. DAS INSCRIÇÕES PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

5.1. As pessoas com deficiência serão reservadas no mínimo 5% (cinco por cento) do total das vagas da Administração, nos casos em que houver compatibilidade entre a deficiência e o emprego público/área de qualificação a exercer.

5.2. Pessoa com deficiência é aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas ou nas categorias discriminadas no art. 2º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, no artigo 4º do Decreto nº 3.298/1999, com as alterações do Decreto nº 5.296/2004, no § 1º do artigo 1º da Lei nº 12.764/2012 (Transtorno do Espectro Autista) e no enunciado da Súmula nº 377 do Superior Tribunal de Justiça (Visão monocular), observados os dispositivos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu protocolo facultativo, ratificados pelo Decreto nº 6.949/2009.

5.3. Não serão considerados como pessoa com deficiência os distúrbios passíveis de correção.

5.4. A necessidade de intermediários permanentes para auxiliar na execução das atribuições do emprego público, ou na realização da prova pela pessoa com deficiência, é obstativa à inscrição na Seleção Competitiva Pública.

5.5. Não obsta à inscrição ou ao exercício das atribuições pertinentes ao emprego público a utilização de material tecnológico de uso habitual.

5.6. O candidato que deseje se habilitar a concorrer às vagas desta Seleção Competitiva Pública como pessoa com deficiência deverá efetuar sua inscrição na forma determinada no item 3, indicando tal condição e após deverá remeter pelo correio, através de Sedex com AR (Aviso de Recebimento) os documentos abaixo identificados:

- a) **“Requerimento Pessoa com Deficiência”**, conforme Anexo III. Àqueles que em virtude de deficiência necessitar de tratamento diferenciado no dia da prova, deverá indicar neste requerimento;
- b) **Laudo médico** original (ou cópia autenticada), expedido no prazo máximo de 12 (doze) meses antes do término das inscrições, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID-10), bem como à provável causa da deficiência de que é portador;

5.6.1. Os documentos elencados no item 5.6 deverão ser enviados para:

À EPL-Concursos

Ref.: CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PARANÁ – CINDEPAR

Seleção Competitiva Pública nº 001/2018

Portador de Deficiência – Laudo Médico e/ou Requerimento de Prova Especial

Avenida Rio de Janeiro nº 619 – CEP: 87.113-250 – Sarandi – Paraná

- 5.7. A pessoa com deficiência que não especificar no Requerimento a necessidade de tratamento diferenciado no dia da prova, não poderá fazê-lo em momento posterior.
- 5.8. A pessoa com deficiência que necessitar de tempo adicional para a realização das provas deverá requerê-lo, preenchendo o “Requerimento Pessoa com Deficiência”, e juntar além dos documentos elencados no item 5.6 uma justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência.
- 5.9. Os documentos indicados nos itens anteriores devem ser encaminhados **dentro do período de inscrição**. Não será considerado o pedido de inscrição como pessoa com deficiência solicitado fora do prazo, valendo como comprovação de envio no prazo, a data de postagem no correio, sendo analisados somente os documentos com data de postagem até **04 de abril de 2018**. Também não será aceita a entrega condicional ou complementação de documentos ou a retirada de documentos após o período de inscrição.
- 5.10. Aos deficientes visuais (amblíopes), que solicitarem prova especial, serão oferecidas provas ampliadas, com tamanho de letra correspondente a corpo 24.
- 5.11. Os candidatos que não atenderem os dispositivos mencionados não serão considerados como pessoa com deficiência.
- 5.12. A pessoa com deficiência participará da Seleção Competitiva Pública em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere a conteúdo, avaliação, horário e local da realização das provas.
- 5.13. Na falta de candidatos aprovados para provimento das vagas reservadas às pessoas com deficiência, estas serão preenchidas pelos demais aprovados, em estrita observância à ordem classificatória.
- 5.14. O candidato poderá impetrar recurso administrativo contra o indeferimento de sua inscrição ou da condição de deficiente, na forma do item 14 deste Edital.

6. DOS CANDIDATOS AFRODESCENDENTES

- 6.1. Aos cidadãos afrodescendentes serão reservadas 10% das contratações levadas a efeito para cada emprego público, conforme estabelece a Lei Estadual nº 14.274/2003 e suas regulamentações, sendo que caso a aplicação deste percentual resulte em número fracionado, esta fração deverá ser desprezada.
- 6.1.1. Os candidatos afrodescendentes concorrerão apenas nas vagas oferecidas dentro dos percentuais estabelecidos para a opção que fizerem, sendo que caso as frações decorrentes do cálculo de percentual serão sempre desprezadas para fins de contratação.
- 6.1.2. Os candidatos afrodescendentes participarão desta Seleção Competitiva Pública em igualdade de condições com os demais candidatos, no que diz respeito ao conteúdo, avaliação das provas e demais requisitos exigidos para a participação no certame.
- 6.2. O candidato que deseje se habilitar a concorrer às vagas desta Seleção Competitiva Pública como afrodescendente deverá efetuar sua inscrição na forma determinada no item 3 deste Edital, marcando no formulário de inscrição no site www.eplconcursos.com.br, a opção "Sim" ao lado do campo "Cota para Afrodescendente".
- 6.2.1. O candidato afrodescendente que não declarar esta condição no requerimento de inscrição, conforme previsto no item anterior, não poderá impetrar recurso em favor de sua inscrição nem alegar, posteriormente, essa condição para reivindicar as prerrogativas constantes neste Edital.
- 6.3. A relação com os nomes dos candidatos inscritos como afrodescendentes que tiverem suas inscrições deferidas, será divulgada nos sites www.eplconcursos.com.br e www.cindepar.com.br e no Órgão Oficial Eletrônico do CINDEPAR: <http://diariooficialdoparana.com.br/site/publicacao/12143>, por ocasião da publicação do edital de homologação das inscrições.
- 6.3.1. O candidato poderá impetrar recurso administrativo contra o indeferimento de sua inscrição ou da condição de afrodescendente, na forma do item 14 deste Edital.
- 6.4. Inexistindo candidatos afrodescendentes aprovados, as vagas serão preenchidas por outros candidatos.
- 6.5. A comprovação da condição de afrodescendentes será verificada no momento da contratação, mediante a apresentação de documento oficial, do candidato ou de parentes por consanguinidade, ascendentes ou colaterais, no qual conste a identificação e a indicação etnorracial.
- 6.5.1. Declaração falsa ou inexata da condição de afrodescendência no requerimento de inscrição determinará o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes, em qualquer época, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

7. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

7.1. O Edital de homologação das inscrições será afixado em Edital no Mural Oficial do CINDEPAR, no prédio da Prefeitura do Município de Astorga-PR, no Órgão Oficial Eletrônico do CINDEPAR: <http://diariooficialdoparana.com.br/site/publicacao/12143> e divulgadas nos endereços eletrônicos: www.eplconcursos.com.br e www.cindepar.com.br, até a data de **17 de abril de 2018**.

7.2. É de competência da Comissão Especial de Seleção Competitiva Pública, por meio de sua Presidência, o indeferimento das inscrições que não atenderem às exigências do presente Edital.

8. DA APLICAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS

8.1. Na data de **03 de maio de 2018**, será divulgado o edital com os locais de provas dos candidatos para a Prova Objetiva. O Edital estará disponível no Mural Oficial do CINDEPAR, no prédio da Prefeitura do Município de Astorga-PR, no Órgão Oficial Eletrônico do CINDEPAR: <http://diariooficialdoparana.com.br/site/publicacao/12143> e divulgadas nos endereços eletrônicos: www.eplconcursos.com.br e www.cindepar.com.br.

8.2. A Prova Objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, será aplicada na cidade de Astorga-PR, na data de **13 de maio de 2018**, em horário a ser divulgado através do edital de local de prova. A prova terá duração máxima de 03 (três) horas, contados a partir de seu início.

8.2.1. Poderá ocorrer alteração na data das provas em virtude do número de candidatos inscritos. Podendo ainda a prova ser aplicada em cidade próxima com maior capacidade de atendimento aos candidatos inscritos.

8.3. A Prova Objetiva deve ser realizada por todos os candidatos, sob pena de eliminação da Seleção Competitiva Pública.

8.4. Os candidatos deverão se apresentar no local da prova com antecedência mínima de 60 (sessenta) minutos do início previsto no item 8.2.

8.5. Os candidatos apresentar-se-ão para a Prova Objetiva munidos de:

a) Preferencialmente, com o comprovante de inscrição da Seleção Competitiva Pública com a devida autenticação de recolhimento bancário E/OU cartão do candidato com inscrição homologada;

b) Obrigatoriamente, documento de identificação original com foto expedido por órgão público (São considerados documentos de identidade as carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores, Cédulas de Identidade fornecidas por Ordens ou Conselhos de Classe, que por lei federal valem como documento de identidade, a Carteira de Trabalho e Previdência Social com foto, bem como a Carteira Nacional de Habilitação com foto, nos termos da Lei nº 9.503 art. 159, de 23/9/97);

c) Caneta esferográfica com tinta azul ou preta, escrita grossa.

d) O candidato impossibilitado de apresentar, no dia da aplicação da Prova Objetiva, cédula de identidade original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar boletim de ocorrência original emitido pela delegacia de polícia.

8.6. Em hipótese alguma será fornecido o local de prova ou ensalamento via telefone ou e-mail.

8.7. Será de exclusiva responsabilidade do candidato a verificação do local da prova.

9. DA PROVA OBJETIVA

9.1. A prova objetiva será composta por questões de múltipla escolha com 05 (cinco) opções (A, B, C, D, E), sendo apenas uma única correta, distribuídas em matérias conforme o Anexo I, deste Edital.

9.2. O conteúdo programático das provas objetivas está contido no Anexo I, deste Edital.

9.3. O candidato deverá transcrever as respostas da Prova Objetiva para a Folha de Respostas, que será o único instrumento válido para a sua correção, sendo que o prejuízo advindo do preenchimento incorreto será de inteira responsabilidade do candidato não havendo substituição da mesma. O preenchimento da Folha de Respostas deve ser realizado com caneta esferográfica de cor preta ou azul, escrita grossa.

9.4. O candidato que deixar de assinar a Folha de Respostas e/ou a Lista de Presença será eliminado da Seleção Competitiva Pública.

9.5. O gabarito da Prova Objetiva será afixado em Edital no Mural Oficial do CINDEPAR, no prédio da Prefeitura do Município de Astorga-PR, no Órgão Oficial Eletrônico do CINDEPAR:

<http://diariooficialdoparana.com.br/site/publicacao/12143>, e divulgadas nos endereços eletrônicos: www.eplconcursos.com.br e www.cindepar.com.br, no próximo dia útil após aplicação da prova.

9.6. Considerar-se-á **APROVADO** o candidato que obtiver na Prova Objetiva nota igual ou superior a 60 (sessenta).

9.7. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas depois de decorrido 60 (sessenta) minutos do seu início.

9.8. Ao término da prova o candidato deverá solicitar a presença do fiscal em sua carteira e entregar a Folha de Respostas, retendo para si apenas o caderno de provas, desde que transcorrido 120 (cento e vinte) minutos do início da prova.

a. O candidato somente poderá levar consigo o caderno de prova, após transcorrido 120 (cento e vinte) minutos do seu início, devendo permanecer dentro da sala a qual está realizando a prova.

b. Não será fornecido através de e-mail ou qualquer outro meio digital o caderno de prova, o candidato que deseja ter seu caderno de prova, deverá cumprir as determinações do subitem “a”, acima descrito.

9.9. Os 02 (dois) últimos candidatos só poderão deixar a sala juntos, após entregarem suas folhas de respostas, realizarem a conferência de todos os documentos e assinarem o Termo de Fechamento do Malote, de acordo com as orientações do Fiscal de Sala.

10. DA PROVA PRÁTICA

10.1. Na data de **05 de junho de 2018**, será divulgado o edital com o local de aplicação da Prova Prática, através do Órgão Oficial Eletrônico do CINDEPAR: <http://diariooficialdoparana.com.br/site/publicacao/12143> e divulgadas nos endereços eletrônicos: www.eplconcursos.com.br e www.cindepar.com.br.

10.2. A prova prática será aplicada na cidade de Astorga – PR, em local e horário a serem definidos no edital de local de prova na data de **17 de junho de 2018**, podendo ser alterada em virtude da quantidade de candidatos e disponibilidade de locais para sua aplicação.

10.3. Somente realizará a prova prática o candidato que for aprovado na prova objetiva.

10.4. A prova prática corresponde à realização de tarefas conforme quadro abaixo:

QUADRO A

EMPREGO PÚBLICO	DESCRIÇÃO	VALOR MÁXIMO DOS PONTOS
Operador de Usina de Pavimentação Asfáltica – Categoria CNH “C”	A prova será realizada em um equipamento Usina de Micropavimento - UHR-700 Tempo de prova: Até 15 minutos Tarefa: o candidato deverá executar uma tarefa, a qual será a mesma para todos os candidatos, informada no dia da prova.	100

<p>Motorista – Categoria CNH “C”</p>	<p>Prova será realizada em Caminhão, modelo Ford Cargo 3133, traçado 6x4. Exame prático de direção veicular, será avaliado na presença de examinadores, em percurso a ser determinado no momento da prova.</p> <p>A prova será composta de etapa única eliminatória consistirá no comportamento do candidato com relação as regras gerais de trânsito e seu desempenho na condução do veículo como: baliza, partida e parada, rotação do motor, uso do câmbio, freios, localização do veículo na pista, velocidade desenvolvida, obediência da sinalização de trânsito (vertical/horizontal) e semafórica, como também outras situações verificadas durante a realização da prova prática. O aproveitamento do candidato na prova de direção veicular será avaliado em função da pontuação negativa das faltas cometidas no percurso.</p> <p>O candidato que cometer qualquer das faltas gravíssimas a seguir elencadas, será eliminado automaticamente do certame:</p> <p>a) avançar a via preferencial ou parada obrigatória; b) exceder a velocidade regulamentada para a via; c) provocar acidente durante a realização da prova; d) usar contramão de direção; e) não completar a realização de todas as etapas da prova, exceto por falha mecânica ou elétrica do veículo.</p> <p>Caso o candidato não demonstre condições de conduzir o veículo por motivo de alterações físicas ou psicológicas, demonstrando insegurança que ofereça risco para si, para os avaliadores e para o equipamento, a critério do avaliador, o mesmo poderá ser impedido de realizar a prova prática, ficando automaticamente eliminado da Seleção Competitiva Pública.</p>	<p>100</p>
--------------------------------------	--	------------

10.5. O resultado da Prova Prática será afixado em Edital no Mural do CINDEPAR na Prefeitura do Município de Astorga-PR, no Órgão Oficial Eletrônico do CINDEPAR: <http://diariooficialdoparana.com.br/site/publicacao/12143>, e divulgadas nos endereços eletrônicos: www.eplconcursos.com.br e www.cindepar.com.br, a partir do dia **19 de junho de 2018**.

10.6. Considerar-se-á **APROVADO** o candidato que obtiver na Prova Prática nota igual ou superior a 60 (sessenta) pontos.

10.7. O candidato considerado REPROVADO, será automaticamente eliminado do Concurso.

10.8. A tabela com a distribuição dos pontos está contida no Anexo IV e Anexo V.

11.DA PROVA TÍTULOS

11.1. A prova de títulos será aplicada somente aos empregos públicos de Advogado e Contador. Os títulos deverão ser entregues no dia e horário de aplicação da Prova Objetiva, para o fiscal de sala, não sendo recebidos e/ou aceitos títulos fora do prazo estipulado.

11.2. Os títulos são de caráter **classificatório**, sendo de responsabilidade do candidato a sua apresentação.

11.3. A pontuação referente aos títulos será aplicada conforme tabela abaixo:

QUADRO DE TÍTULOS			
TÍTULOS	DOCUMENTO	NÚMERO MÁXIMO DE TÍTULOS	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Curso de Pós-Graduação “Lato Sensu”, em nível de Especialização, com duração mínima de 360 horas.	Cópia autenticada do certificado ou da declaração de conclusão.	01	2,0
Curso de Pós-Graduação “Stricto Sensu”	Cópia autenticada do certificado ou da declaração de conclusão.	01	3,0

Sensu”, em nível de Mestrado.	declaração de conclusão.		
Curso de Pós-Graduação “Stricto Sensu”, em nível de Doutorado.	Cópia autenticada do certificado ou da declaração de conclusão.	01	5,0
Total Máximo de Pontos			10

11.4. Os certificados ou diplomas de conclusão de cursos deverão ser expedidos por instituição oficial e reconhecida pelo MEC. Será aceita certidão de conclusão de curso, desde que acompanhada do histórico escolar.

11.5. Todos os documentos apresentados para a Prova de Títulos (certificados, diplomas, histórico escolar etc.) deverão ser apresentados em cópia autenticada por tabelião público.

11.6. A Prova de Títulos tem o caráter classificatório sendo sua nota somada a nota da prova objetiva.

11.7. Os títulos deverão estar **concluídos na data de realização da Prova Objetiva**. Não serão avaliados títulos de cursos sem conclusão.

11.8. O candidato não poderá alegar desconhecimento sobre o local, data e horário para entrega dos títulos. A não apresentação dos títulos, qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência do candidato e o mesmo não pontuará.

11.9. O resultado preliminar da Prova de Títulos será afixado em Edital no Mural do CINDEPAR na Prefeitura do Município de Astorga-PR, no Órgão Oficial Eletrônico do CINDEPAR: <http://diariooficialdoparana.com.br/site/publicacao/12143>, e divulgadas nos endereços eletrônicos: www.eplconcursos.com.br e www.cindepar.com.br, a partir de **05 de junho de 2018**.

11.10. Somente serão analisados os títulos de candidatos aprovados na Prova Objetiva.

12. CRITÉRIO DE DESEMPATE

12.1. A classificação final será efetuada pela ordem decrescente da pontuação obtida por cada candidato e, em caso de empate, terá preferência, sucessivamente, o candidato que:

- Tiver maior idade.
- Tiver maior pontuação nas questões de Matéria Específica.
- Tiver a maior pontuação nas questões objetivas de Português.
- Tiver maior número de filhos.
- Sorteio público.

13. DO RESULTADO PRELIMINAR E FINAL

13.1. O resultado classificatório será obtido da seguinte forma:

- para os empregos públicos com apenas prova objetiva a nota final, será a nota alcançada pelos candidatos na prova objetiva.
- para os empregos públicos com prova prática, a nota final será obtida através da soma da nota da prova objetiva com a nota da prova de prática;
- para os empregos públicos com prova de títulos, a nota final será obtida através da soma da nota da prova objetiva com a nota da prova de títulos.
- O resultado final será divulgado em três listas, por ordem decrescente de nota obtida, contemplando a primeira lista a pontuação de todos os candidatos aprovados por emprego público/área, (Resultado Final Aprovados); inclusive aqueles que optarem por concorrer às vagas reservadas para pessoas com deficiência e aquelas reservadas a afrodescendentes, a segunda para pessoa com deficiência e a terceira com a pontuação dos afrodescendentes.

13.2. O resultado preliminar da prova objetiva da Seleção Competitiva Pública será afixado em Edital no Mural do CINDEPAR na Prefeitura do Município de Astorga-PR, no Órgão Oficial Eletrônico do CINDEPAR: <http://diariooficialdoparana.com.br/site/publicacao/12143> e divulgadas nos endereços eletrônicos: www.eplconcursos.com.br e www.cindepar.com.br, a partir do dia **25 de maio de 2018**.

13.3. O resultado final será divulgado até a data de **28 de junho de 2018**, dele não caberá recurso.

14. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1. Caberá **RECURSO ADMINISTRATIVO**, nos **2 (dois) dias seguintes à data das respectivas divulgações** a partir das 09h00min do dia inicial até as 18h00min do dia final, em relação:

- a) ao Edital de Abertura da Seleção Competitiva Pública;
- b) ao indeferimento do pedido de isenção de taxa de inscrição;
- c) ao Indeferimento das Inscrições;
- d) às Questões e Gabarito da Prova Objetiva;
- e) a prova de títulos;
- f) a avaliação prática;
- g) à Classificação Preliminar dos candidatos

14.2. Os recursos administrativos deverão ser efetuados exclusivamente através do site: www.eplconcursos.com.br.

14.2.1. Para interposição do recurso, o candidato deverá, no site referido, acessar o Link "Recursos" informando seu CPF/MF selecionar o tipo de recurso e descrever sua argumentação em campo próprio para esse fim. O link ficará disponibilizado somente durante o prazo estabelecido no item 14.1.

14.2.2. Será admitido um único recurso por candidato, para cada evento referido nas alíneas do item 14.1, devendo o candidato argumentar em cada recurso toda a matéria que entender ser de direito. Para o recurso referente na alínea "d", será admitido um recurso por candidato para cada questão.

14.2.3. O embasamento referente aos recursos da prova objetiva deverá referenciar a bibliografia, artigo, fonte de consulta eventualmente utilizada de forma completa (obra, autor, páginas), devendo-se, quando possível, disponibilizar o *link* para acesso das informações ofertadas, não sendo possível, no entanto, anexar arquivos de qualquer formato.

14.2.4. Serão indeferidos os recursos interpostos através de e-mail, fax ou por outras formas, meios e prazos que não os estipulados neste Edital, bem como aqueles que não apresentarem fundamentação e embasamento.

14.3. O provimento de recursos interpostos dentro das especificações poderá, eventualmente, alterar a nota e/ou classificação inicial obtida pelos candidatos para uma nota e/ou classificação superior ou inferior; ou ainda acarretar a classificação e/ou desclassificação de candidatos em virtude da alteração das suas notas em relação à pontuação mínima exigida para a classificação.

14.3.1. Os pontos relativos às questões eventualmente anuladas, serão atribuídos a todos os candidatos presentes à prova.

14.4. As deliberações decorrentes da análise dos recursos serão divulgadas através de edital específico **no Mural do CINDEPAR na Prefeitura do Município de Astorga-PR**, no Órgão Oficial Eletrônico do CINDEPAR: <http://diariooficialdoparana.com.br/site/publicacao/12143> e divulgadas nos endereços eletrônicos, www.eplconcursos.com.br e www.cindepar.com.br, juntamente com o edital contendo eventuais retificações de gabarito, resultado ou classificação, se for o caso.

14.4.1. O **Relatório Analítico dos Recursos** de cada fase da Seleção Competitiva Pública, contendo as razões das deliberações da Banca Examinadora, ficará à disposição dos interessados no CINDEPAR, a partir da data de sua divulgação, para eventual consulta dos interessados.

15. DA HOMOLOGAÇÃO

15.1. Ocorrerá a **homologação** da Seleção Competitiva Pública, depois de transcorridos todos os prazos recursais.

15.2. A **homologação** será afixada em Edital no Mural do CINDEPAR na Prefeitura do Município de Astorga-PR, no Órgão Oficial Eletrônico do CINDEPAR: <http://diariooficialdoparana.com.br/site/publicacao/12143> e divulgadas nos endereços eletrônicos www.eplconcursos.com.br e www.cindepar.com.br.

15.3. O prazo de validade da presente Seleção Competitiva Pública é de 02 (dois) anos, contados a partir da data de publicação de sua homologação no Órgão Oficial Eletrônico do CINDEPAR, podendo ser prorrogado por igual período.

16. DA NOMEAÇÃO

16.1. A nomeação do candidato ao emprego público fica condicionada ao atendimento dos requisitos básicos para a investidura constantes neste Edital e na legislação vigente.

16.2. A nomeação seguirá, rigorosamente, a ordem classificatória desta Seleção Competitiva Pública e atenderá ao requisito de Aprovação em Exame de Saúde Física e Mental a ser efetuado pelo órgão competente do CINDEPAR, como consta no item 16.1 do presente Edital.

16.3. Os candidatos convocados para a nomeação terão o prazo improrrogável de 10 (dez) dias da publicação do Edital de Convocação no Órgão Oficial Eletrônico do CINDEPAR (<http://diariooficialdoparana.com.br/site/publicacao/12143>), para se apresentarem na sede do Consorcio, a fim de cumprirem com todas as formalidades exigíveis para a concretização do ato, no prazo supracitado.

16.4. O candidato deverá no prazo estipulado pelo CINDEPAR comprovar que preenche os requisitos para admissão, previstos no Edital da Seleção Competitiva Pública e legislação pertinente a matéria e, ainda, comprovar a idade mínima de 18 (dezoito) anos até essa data, sob pena de eliminação sumária e perda dos direitos decorrentes, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, devendo ainda apresentar os documentos abaixo relacionados, em fotocópias autenticadas:

- a) Cédula de Identidade;
- b) CPF em situação regular perante a Receita Federal;
- c) PIS/PASEP;
- d) Título de Eleitor e comprovante de votação da última eleição;
- e) Certificado de Reservista;
- f) Certidão de Nascimento dos filhos com até 14 anos;
- g) Declaração de Matrícula Escolar dos filhos de 05 (cinco) a 14 (quatorze) anos;
- h) Atestado de antecedentes criminais do domicílio;
- i) Certidão de Nascimento/Casamento ou Certidão de Óbito (do cônjuge quando for o caso de viúvo(a));
- j) Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 (cinco) anos;
- k) Carteira de Trabalho e Previdência Social (parte da foto, frente e verso, e o último contrato), este documento além da cópia autenticada, deverá ser apresentado o original, para que seja possível efetuar o registro;
- l) Diploma e/ou Certificado de conclusão do curso específico, reconhecido pelo MEC, quando exigível;
- m) Declaração de não acúmulo de cargo, emprego público e/ou aposentadoria, com firma reconhecida, nos termos do art. 37 da Constituição Federal;
- n) Comprovante de endereço atual;
- o) Uma foto 3x4 recente;
- p) Comprovante de Registro e de que está em dia com suas obrigações junto ao respectivo Conselho de Classe, quando for o caso;
- q) Declaração de bens do último exercício já exigível, na forma da lei.

16.5. O candidato classificado e desde que observado o número de vagas existentes, será convocado para a posse com base no disposto nos itens 16.1, 16.2, 16.3 e 16.4, quando então, se for de sua conveniência e dentro do prazo ali constante, poderá requerer o seu deslocamento para o final de lista, uma única vez, mediante pedido a ser efetuado em formulário próprio, fornecido pelo Setor de Recursos Humanos do CINDEPAR.

17. DA AVALIAÇÃO FÍSICA E MENTAL E DA POSSE

17.1. O candidato aprovado e habilitado para tomar posse no emprego público deverá, obrigatoriamente, submeter-se à Avaliação Física e Mental, em caráter eliminatório, a ser efetuada por médico designado pelo Consorcio, em dia e local previamente designados pelo Setor de Recursos Humanos.

17.2. A critério do Médico designado pelo Consorcio, o candidato poderá ser submetido a exames complementares e/ou avaliações especializadas, não sendo, nestes casos, emitido parecer de avaliação de imediato.

17.3. A posse dar-se-á nos prazos legais, após a publicação do ato de nomeação no Órgão Oficial Eletrônico do CINDEPAR, considerando-se eliminado o candidato que deixar de comparecer no prazo estabelecido no item 16.3.

18. DAS PROIBIÇÕES PARA INGRESSO DOS CANDIDATOS NOS LOCAIS DE APLICAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS E PROVA PRÁTICA E FATOS PARA SUA ELIMINAÇÃO

18.1. Não será permitida, sob nenhuma hipótese, a entrada de candidatos nos locais de realização das Provas Objetivas ou Prova Prática:

- a) Sem o Documento de Identidade (original), nos termos previstos nos itens anteriores;

b) Sem a Carteira Nacional de Habilitação com foto, correspondente ao emprego público pretendido, quando exigido (quando da Prova Prática);

c) Após o horário previamente determinado, ficando os retardatários automaticamente eliminados da Seleção Competitiva Pública;

d) Portando celular ligado, aparelhos eletrônicos de qualquer espécie, calculadoras de qualquer espécie, livros, cadernos e outros materiais de consulta;

e) Acompanhados de crianças ou mesmo de adultos.

18.2. O candidato que comparecer ao local de prova portando celular mesmo que desligado e/ou quaisquer outros equipamentos, até mesmo relógios analógicos de pequeno porte, deverão acondicionar tais equipamentos em embalagem de segurança fornecida pelo fiscal de sala, podendo abrir a embalagem e manusear os equipamentos somente quando estiverem fora do local de realização das provas.

18.3. O candidato que comparecer ao local de prova portando bolsas, bonés, qualquer outro material, de pequeno, médio ou grande porte, deverá deixar amostra na frente da sala, podendo retirar ou manusear o material somente ao término da prova.

18.4. O candidato que por descuido deixar o celular tocar, seja qual for o motivo (por exemplo alarme), mesmo que o objeto esteja dentro do envelope de segurança lacrado, estará eliminado da Seleção Competitiva Pública automaticamente, sendo solicitado sua retirada da sala.

18.5. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão do afastamento de candidato da sala de provas.

18.6. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá levar um acompanhante responsável pela guarda da criança, que ficará em sala reservada para essa finalidade. A candidata que não levar acompanhante estará impossibilitada de realizar a prova.

18.7. Não haverá segunda chamada ou repetição de prova. O candidato não poderá alegar desconhecimento sobre o local, data e horário de realização das provas como justificativa de sua ausência. O não comparecimento à qualquer prova, qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência do candidato e resultará na sua eliminação da Seleção Competitiva Pública.

18.8. A empresa, a Comissão Especial de Seleção Competitiva Pública, ou qualquer outro membro da equipe não se responsabiliza por material que o candidato tenha levado consigo para realização da prova.

18.9. Será eliminado da Seleção Competitiva Pública o candidato que:

a) for descortês com qualquer membro da equipe encarregada pela realização das fases;

b) for responsável por falsa identificação pessoal;

c) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos para obter aprovação;

d) ausentar-se do recinto de qualquer prova (Objetiva ou prática) sem permissão;

e) deixar de assinar lista de presença;

f) fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata;

g) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos;

h) não permitir a coleta da impressão digital ou o uso do detector de metais (quando houver);

i) não atender as determinações deste Edital;

j) for surpreendido em comunicação com outro candidato;

k) não devolver a Folha de Respostas ao término das Provas, antes de sair da sala;

l) ausentar-se do local da prova objetiva antes de decorrida 1 (uma) hora do início da mesma;

m) for surpreendido portando celular durante a realização das provas;

n) não atender ao critério da alínea acima e for surpreendido com celular fora do envelope fornecido ou portando o celular no deslocamento ao banheiro/bebedouro ou o telefone celular tocar, estes últimos, mesmo dentro do envelope fornecido pelo fiscal;

o) for surpreendido em comunicação verbal ou escrita ou de qualquer outra forma;

p) utilizar-se de livros, dicionários, códigos impressos, máquinas calculadoras e similares ou qualquer tipo de consulta;

q) não devolver o Caderno de Questões, se sair antes do horário determinado no item 9.8 "a".

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. É de inteira responsabilidade dos candidatos acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a esta Seleção Competitiva Pública, sendo publicados no Órgão Oficial Eletrônico do CINDEPAR: <http://diariooficialdoparana.com.br/site/publicacao/12143> e informativo na Internet, nos endereços eletrônicos: www.eplconcursos.com.br e www.cindepar.com.br.

19.2. As publicações dos Editais de convocação dos candidatos aprovados serão realizadas somente através de publicação no Órgão Oficial Eletrônico do Consórcio Público Intermunicipal de Inovação e Desenvolvimento do Estado do Paraná – CINDEPAR no site <http://diariooficialdoparana.com.br/site/publicacao/12143> e informativo na Internet, no endereço eletrônico www.cindepar.com.br.

19.3. Durante a aplicação das provas, o candidato que for surpreendido em comunicação com outras pessoas, verbalmente, por escrito ou de qualquer outra forma, bem como utilizando-se de livros, anotações, impressos ou similares e equipamentos eletrônicos de qualquer espécie, estará automaticamente eliminado da Seleção Competitiva Pública.

19.4. No dia da realização da Prova Objetiva, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação dessa e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao seu conteúdo e/ou critérios de avaliação e de classificação.

19.5. A nomeação na presente Seleção Competitiva Pública seguirá a ordem rigorosa de classificação, não assegurando ao candidato aprovado o direito de ingresso automático no serviço, ficando a concretização do ato de nomeação condicionada às observâncias das disposições legais pertinentes e, sobretudo, ao interesse e conveniência do CINDEPAR.

19.6. O candidato aprovado obriga-se a manter atualizado seu endereço perante o Setor de Recursos Humanos do Consórcio Público Intermunicipal de Inovação e Desenvolvimento do Estado do Paraná – CINDEPAR, sendo considerada como recebida a correspondência remetida para o endereço fornecido, constante dos dados informados no ato da inscrição, mesmo que devolvido pela Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos – ECT.

19.7. As certidões de aprovação e classificação dos candidatos da presente Seleção Competitiva Pública somente serão fornecidas durante o período de vigência do mesmo, através de requerimento e pagamento de taxa efetivados no protocolo geral do CINDEPAR.

19.8. As datas do cronograma poderão ser alteradas por motivo de força maior.

19.9. Fica a critério de cada candidato(a) a escolha das bibliografias a ser utilizada tendo por base o conteúdo programático descrito neste edital.

19.10. Os casos omissos deste Edital serão resolvidos pela Comissão Especial da Seleção Competitiva Pública, nomeada pela **Portaria n.º 011/2017, com as alterações da Portaria nº 005/2018**.

19.11. Dos anexos:

Anexo I – Conteúdo Programático das Provas;

Anexo II – Descrição Sumária dos Empregos Públicos;

Anexo III – Requerimento Prova Especial;

Anexo IV – Quadro de Distribuição Pontos – Prova Prática Operador de Usina de Pavimentação Asfáltica

Anexo V – Quadro de Distribuição Pontos – Prova Prática Motorista

Anexo VI – Cronograma Previsto.

Astorga, PR, em 04 de março de 2018.

Antonio Carlos Lopes
Presidente do Consórcio

Arquimedes Zioldo
Presidente da Comissão

Fernanda Botura Macedo
Secretária

Augusto Vicente Toffoli Menezes
Membro

ANEXO I
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS OBJETIVAS

PROGRAMA DE PROVA

1. PROVA COMUM AOS EMPREGOS PÚBLICOS AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS; MOTORISTA E OPERADOR DE MÁQUINAS

A. **LÍNGUA PORTUGUESA:** Interpretação de texto. Sinônimos e Antônimos. Sentido próprio e figurado das palavras. Ortografia oficial. Acentuação. Substantivo e adjetivo: flexão de gênero, número e grau. Verbos: regulares, irregulares e auxiliares. Emprego de pronomes. Preposições e conjunções. Concordância verbal e nominal. Crase. Regência.

B. **MATEMÁTICA:** Números inteiros: operações e propriedades. Números racionais, representação fracionária e decimal: operações e propriedades. Razão e proporção. Sistema métrico: medidas de tempo, comprimento, superfície e capacidade. Resolução de situações problema. As quatro operações básicas: adição, subtração, divisão e multiplicação.

C. **CONHECIMENTOS GERAIS/ATUALIDADES:** Política: Municipal, Estadual e Federal.

2. MATERIA ESPECÍFICA PARA O EMPREGO PÚBLICO DE MOTORISTA E OPERADOR DE USINA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA:

A. **ESPECÍFICA:** Código de Trânsito Brasileiro - Lei nº 9.503, de 23.09.1997 e suas alterações. Resoluções em vigor do CONTRAN-DENATRAN. Norma Regulamentadora NR 6. Equipamentos de Proteção Individual - EPI.

3. MATERIA ESPECÍFICA PARA O EMPREGO PÚBLICO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS:

B. Ética e Cidadania: direitos e deveres do profissional, ética da responsabilidade, da humanidade. Relações humanas no trabalho. Noções de Prevenção de acidentes, e de organização e disciplina geral no trabalho. Norma Regulamentadora NR 6 - Equipamentos de Proteção Individual - EPI.

4. QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DAS MATÉRIAS E PESO DAS QUESTÕES

Matéria	Quantidade	Peso	Total
Conhecimento Especifico	10	4,0	40
Conhecimento Gerais/atualidades	10	4,0	40
Língua Portuguesa	05	2,0	10
Matemática	05	2,0	10
		Total	100

5. MATÉRIA COMUM AOS EMPREGOS PÚBLICOS DE ENSINO MÉDIO E ENSINO SUPERIOR

A. **LÍNGUA PORTUGUESA:** Língua Portuguesa e Interpretação de Textos: Leitura e interpretação de textos literários e não literários – descrição, narração, dissertação, etc. Fonética: Encontros vocálicos – ditongo, tritongo, hiato. Encontros consonantais. Dígrafos. Classificação das palavras quanto ao número de sílabas - monossílabas, dissílabas, trissílabas, polissílabas. Divisão silábica. Sílabas tônicas. Classificação das palavras quanto ao acento tônico - oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas. Ortoépia. Prosódia. Ortografia. Acentuação Gráfica. Crase, uso do acento indicativo de crase. Notações léxicas. Abreviatura, siglas e símbolos. Morfologia: Estrutura das palavras – raiz, radical, palavras primitivas e derivadas, palavras simples e compostas. Formação das palavras – derivação, composição, redução, hibridismos. Sufixos. Prefixos. Radicais. Classificação e flexão das palavras - substantivo, artigo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, etc. Uso morfossintático dos pronomes. Semântica: Significação das palavras – sinônimos e antônimos. Análise sintática - frase, oração e período. Sintaxe de regência: nominal e verbal. Termos Essenciais da Oração - sujeito, predicado. Termos integrantes e acessórios da oração - objeto direto, objeto indireto, complemento nominal, agente da passiva, adjunto adnominal, adjunto adverbial,

aposto, vocativo, etc. Classificação das orações: principal, coordenadas, subordinadas, reduzidas, etc. Sinais de Pontuação – emprego da vírgula, ponto-e-vírgula, dois-pontos, ponto final, ponto de interrogação, ponto de exclamação, reticências, parênteses, travessão, aspas, colchetes, asterisco, parágrafo. Sintaxe de concordância – nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Sintaxe de colocação. Modos e tempos verbais, infinitivo, gerúndio e particípio.

B. CONHECIMENTOS GERAIS/ATUALIDADES: Política: Municipal (Astorga-PR); Estadual e Federal.

C. MATEMÁTICA: Números reais; números complexos; sistemas lineares; matrizes e determinantes; progressão aritmética; progressão geométrica. Polinômios. Equações e inequações. Exponenciais, logarítmicas e modulares. Medidas de área; medidas de volume; medidas de informática; medidas de energia; trigonometria. Função afim; função quadrática; função polinomial; função exponencial; função logarítmica; função trigonométrica; função modular. Geometria plana; geometria espacial. Análise combinatória; estudo das probabilidades; estatística; matemática financeira.

6. MATERIA ESPECÍFICA POR EMPREGO PÚBLICO:

A. TÉCNICO ADMINISTRATIVO:

Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Lei 10.520/2002 e suas alterações. Lei nº 11.107/2005 e suas alterações. Constituição Federal de 1988 (títulos I e II).

A. ADVOGADO:

DIREITO ADMINISTRATIVO. 1 Ato administrativo: conceito, requisitos, atributos, classificação, espécies e invalidação. 1.1 Anulação e revogação. 1.2 Prescrição. 1.3 Improbidade administrativa. 1.4 Lei n.º 8.429, de 1992. 2 Controle da administração pública. 2.1 Controles administrativo, legislativo e judiciário. 2.2 Domínio público. 2.3 Bens públicos: classificação, administração e utilização. 2.4 Proteção e defesa de bens de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. 3 Contrato administrativo: conceito, peculiaridades, controle, formalização, execução e inexecução. 3.1 Licitação: princípios, obrigatoriedade, dispensa e exigibilidade, procedimentos e modalidades. 3.2 Contratos de concessão de serviços públicos. 4 Agentes administrativos. 4.1 Investidura e exercício da função pública. 4.2 Direitos e deveres dos servidores públicos: regimes jurídicos. 4.3 Processo administrativo: conceito, princípios, fases e modalidades. 5 Poderes da administração. 5.1 Poder vinculado, discricionário, hierárquico, disciplinar e regulamentar. 5.2 O poder de polícia: conceito, finalidade e condições de validade. 6 Princípios básicos da administração. 6.1 Responsabilidade civil da administração: evolução doutrinária e reparação do dano. 6.2 Enriquecimento ilícito e abuso de poder: sanções penais e civis. 7 Serviços públicos. 7.1 conceito, classificação, regulamentação, formas e competência de prestação. 7.2 Concessão e autorização dos serviços públicos. 8 Organização administrativa: noções gerais. 8.1 Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada. 8.2 Agências reguladoras. 9 Processo Administrativo: Normas Básicas no âmbito da Administração Federal (Lei n.º 9.784/99). 10 Lei nº 10.520/2002. 11 Lei nº 8.666/1993. **DIREITO TRIBUTÁRIO.** 1 Poder de tributar e competência tributária. 1.1 Sistema Tributário Nacional. 1.2 Princípios constitucionais tributários. 2 Norma tributária: classificação dos impostos. 3 Obrigação tributária: espécies; fato gerador; sujeito ativo e passivo; solidariedade; responsabilidade; imunidade e isenção. 4 Crédito Tributário: constituição, suspensão da exigibilidade e extinção; garantias e privilégios, substituição tributária. 5 Pagamento e repetição do indébito tributário. 5.1 Decadência e prescrição do crédito tributário. 5.2 Consignação em pagamento. 6 Tributos e suas espécies. 7 Tributos federais, estaduais e municipais. Lei Federal nº 11.107/2005 e Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, Lei Orgânica Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR (Lei Complementar nº. 113 de 15/12/2005).

B. CONTADOR:

A. Contabilidade Tributária – Conceitos. Espécies de tributos: imposto, taxa, contribuição de melhoria e contribuição social. Elementos fundamentais do tributo: fato gerador, contribuinte ou responsável, base de cálculo e alíquota. Imposto sobre Serviços – ISS: definição, fato gerador, contribuinte e contabilização das operações incidentes. **Contabilidade Pública** - Conceito, campo de atuação e regimes contábeis. Orçamento Público: conceito, elaboração, ciclo orçamentário, exercício financeiro, princípios orçamentários. Sistemas Contábeis: Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e de Compensação. Receitas e despesas públicas: orçamentárias e extraorçamentárias.

Créditos adicionais: conceito, classificação, indicação e especificação de recursos. Sistemas de contas: conceito, nomenclatura e função das contas. Demonstrativos da gestão: balanço orçamentário, balanço financeiro, balanço patrimonial e demonstração das variações patrimoniais. Lei nº 4320/64 - Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/00) e suas alterações – Lei nº 8666/93 (Lei de Licitações) e suas alterações; Lei nº 10.520/2002; Lei nº 11.107/2005, Instruções Técnicas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR, nº ; IN 84/2012, 33/2009, 47/2016; 118/2016; 120/2016. Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional STN nº 274 de 13/05/2016.

7. QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DAS MATÉRIAS E PESO DAS QUESTÕES			
Matéria	Quantidade	Peso	Total
Língua Portuguesa	06	2,0	12
Matemática	04	2,0	8
Conhecimentos Gerais/Atualidades	04	4,0	16
Conhecimento Especifico	16	4,0	64
		Total	100

ANEXO II

1. Descrição Sumária das atribuições dos empregos públicos:

EMPREGO PÚBLICO	Síntese das Atribuições
Advogado	Analisar e elaborar documentos jurídicos; examinar processos específicos e pesquisar a legislação para a criação do arquivo jurídico; promover a defesa do consorcio nos processos administrativos e judiciais, patrocinar ações em favor do Consorcio.
Contador	Executar operações contábeis, tais como: correção de escrituração, conciliações, exame do fluxo de caixa e organização de relatórios; elaborar planos, e programas de natureza contábil; elaborar balanços e balancetes contábeis.
Técnico Administrativo	Executar tarefas administrativas, de caráter rotineiro, que envolvam: receber e expedir correspondência, digitar documentos, operar sistemas administrativos em microcomputador, ordenar arquivos e fichários, coletar dados e atender ao público, atividades de apoio em geral.
Motorista	Dirigir veículos transportando pessoas, materiais e cargas; promover a manutenção do veículo sob sua responsabilidade, verificando as condições de funcionamento, de combustível, água, bateria, pneus e outros.
Operador de Usina de Pavimentação Asfáltica	Atuar em atividades relativas à operação de máquinas de pavimentação asfáltica.
Auxiliar de Serviços Gerais	Atua em atividades relativas a área de produção de pavimentação asfáltica, auxilia os operadores de usina, organiza e executa a limpeza das usinas, ruas e pátio. Desempenhar tarefas relacionadas com as áreas de serviços gerais, reparos em geral, abastecimento, construção civil, apoio operacional, em órgãos e unidades Consorcio.

2. A descrição completa das atribuições dos empregos públicos consta da Consolidação do Protocolo de Intenções do Consórcio Público Intermunicipal de Inovação e Desenvolvimento do Estado do Paraná – CINDEPAR, datado 31/03/2017, disponível no site:

<http://www.cindepar.com.br/site/arquivos/PRIMEIRO-ADITAMENTO-PROTOCOLO-DE-INTENCOES.pdf>

ANEXO III
MODELO DE REQUERIMENTO PARA PROVA ESPECIAL
SELEÇÃO PÚBLICA COMPETITIVA Nº 001/2018 - CINDEPAR

Local, _____ de _____ de _____.

Requerimento

À Comissão Especial de Seleção Competitiva Pública

Objeto: PROVA ESPECIAL

1. _____, Doc. Identidade: _____
(Nome completo do requerente)

Candidato ao emprego público de: _____

2. Venho requerer de V. S.^a condições especiais para realizar a prova, por ser portador de deficiência, conforme as informações prestadas neste requerimento e comprovadas com Laudo Médico anexo.

3. Apresentar juntamente com este Requerimento, nos moldes do Edital de abertura 001/2018 os documentos abaixo elencados:

- a. Carteira de Identidade do candidato;
- c. Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF/MF);
- d. Laudo Médico.

4. Preencha corretamente as informações que correspondam ao seu tipo de deficiência.

Tipo de deficiência:

- () 1. Visual;
- () 2. Auditiva;
- () 3. Física;
- () 4. Outra Especificar: _____

Recursos necessários para fazer a prova: () NÃO - () SIM, DESCREVA: _____

5. É a primeira vez que requer.

Assinatura do candidato

Para Preenchimento da Comissão Especial de Seleção Competitiva Pública:

() Deferido o requerimento por atender o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e demais legislação aplicável.

() Indeferido o requerimento por _____
_____/_____/2018

EPL – CONCURSOS

ANEXO IV

**FORMA DE PONTUAÇÃO E APLICAÇÃO
 PROVA PRÁTICA OPERADOR DE USINA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA**

ITENS AVALIADOS TEMPO 15 MINUTOS	VERIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
Ligar a máquina em motor estacionado	() Sim () Parcial () Não	() 10,0 () 5,0 () 0,0	
Preparar a massa usinada em ponto de utilização	() Sim () Parcial () Não	() 25,0 () 15,0 () 0,0	
Recapear 50 metros de asfalto com a máquina utilizando a massa que preparou	() Sim () Parcial () Não	() 35,0 () 25,0 () 0,0	
Operou o Equipamento e desenvolveu as atividades solicitadas	() Sim () Parcial () Não	() 15,0 () 10,0 () 0,0	
Desempenho da Função (Como o candidato se comportou operando a máquina)	() Sim () Parcial () Não	() 15,0 () 10,0 () 0,0	
TOTAL DE PONTOS	100,0	TOTAL CANDIDATO	

1. Forma de pontuar:

- O candidato obterá sua pontuação total conforme os pontos obtidos em cada item de avaliação.
- O candidato iniciará a prova com 0 (zero) pontos. Conforme o candidato for executando as tarefas poderá chegar ao total de 100 (cem) pontos.
- Aquele candidato que após soma dos pontos não atingir o mínimo de 60 (sessenta) pontos será considerado REPROVADO.
- O candidato que após a soma dos pontos atingir 60 (sessenta) pontos ou mais será considerado APROVADO.
- A prova prática é de caráter eliminatório e classificatório.

ANEXO V
FORMA DE PONTUAÇÃO E APLICAÇÃO
PROVA PRÁTICA MOTORISTA

Faltas ELIMINATÓRIAS

001 - Desobedecer à sinalização semafórica e de parada obrigatória					
002 - Avançar sobre o meio fio					
003 - Não colocar o veículo na área balizada, em no máximo três tentativas, no tempo estabelecido					
004 - Avançar sobre o balizamento demarcado quando do estacionamento do veículo na vaga					
005 - Transitar em contramão de direção					
006 - Não completar a realização de todas as etapas do exame					
007 - Avançar a via preferencial					
008 - Provocar acidente durante a realização do exame					
009 - Exceder a velocidade regulamentada para a via					
010 - Cometer qualquer outra infração de trânsito de natureza gravíssima					

Faltas MÉDIAS - 2 Pontos

201 - Executar o percurso da prova, no todo ou parte dele, sem estar o freio de mão inteiramente livre					
202 - Trafegar em velocidade inadequada para as condições adversas do local, da circulação, do veículo e do clima					
203 - Interromper o funcionamento do motor, sem justa razão, após o início da prova					
204 - Fazer conversão incorretamente					
205 - Usar buzina sem necessidade ou em local proibido					
206 - Desengrenar o veículo nos declives					
207 - Colocar o veículo em movimento, sem observar as cautelas necessárias					
208 - Usar o pedal da embreagem, antes de usar o pedal de freio nas frenagens					
209 - Entrar nas curvas com a engrenagem de tração do veículo em ponto neutro					
210 - Engrenar ou utilizar as marchas de maneira incorreta, durante o percurso					
211 - Cometer qualquer outra infração de trânsito de natureza média					

Faltas GRAVES - 3 Pontos

101 - Desobedecer à sinalização da via, ou ao agente da autoridade de trânsito					
102 - Não observar as regras de ultrapassagem ou de mudança de direção					
103 - Não dar preferência de passagem ao pedestre que estiver atravessando a via transversal para onde se dirige o veículo, ou ainda quando o pedestre não haja concluído a travessia, mesmo que ocorra sinal verde para o veículo					
104 - Manter a porta do veículo aberta ou semi-aberta durante o percurso da prova ou parte dele					
105 - Não sinalizar com antecedência a manobra pretendida ou sinalizá-la incorretamente					
106 - Não usar devidamente o cinto de segurança					
107 - Perder o controle da direção do veículo em movimento					
108 - Cometer qualquer outra infração de trânsito de natureza grave					

Faltas LEVES - 1 Ponto

301 - Provocar movimentos irregulares no veículo, sem motivo justificado					
302 - Ajustar incorretamente o banco de veículo destinado ao condutor					
303 - Não ajustar devidamente os espelhos retrovisores					

304 - Apoiar o pé no pedal da embreagem com o veículo engrenado e em movimento						
305 - Utilizar ou interpretar incorretamente os instrumentos do painel do veículo						
306 - Dar partida ao veículo com a engrenagem de tração ligada						
307 - Tentar movimentar o veículo com a engrenagem de tração em ponto neutro						
308 - Cometer qualquer outra infração de natureza leve						

1. Forma de pontuar:

- a. O candidato perderá pontos conforme cometer as infrações.
- b. Aquele candidato que cometer faltas eliminatórias estará eliminado da prova e será desclassificado.
- c. O candidato iniciará a prova com 100 pontos. Conforme o candidato for cometendo faltas, essas faltas serão somadas e esse valor será reduzido de 100 pontos.
- d. Aquele candidato que após a redução da soma das faltas cometidas não atingir o mínimo de 60 (sessenta) pontos será considerado reprovado.

ANEXO VI
CRONOGRAMA PREVISTO

Descrição	Data
Inscrições	06/03 à 04/04
Pedido de Isenção de Taxa de Inscrição	06, 07 e 08/03
Resultado do pedido de isenção de Taxa de Inscrição	14/03
Recurso contra Resultado do pedido de isenção de taxa de inscrição	15 e 16/03
Publicação do resultado dos Recursos contra Resultado do pedido de isenção de taxa de inscrição (se houver)	23/03
Último dia para pagamento do boleto	05/04
Homologação das Inscrições (Geral; Pessoa com Deficiência; Afrodescendente)	17/04
Recurso contra o Indeferimento de Inscrição	18 e 19/04
Publicação do Resultado dos recursos contra indeferimento das inscrições (se houver)	26/04
Divulgação do Local de Prova Objetiva	03/05
Data da Prova Objetiva	13/05
Divulgação dos Gabaritos	14/05
Recurso Contra os Gabaritos	15 e 16/05
Publicação do resultado dos Recursos contra Gabarito (se houver)	25/05
Publicação do Resultado Preliminar Prova Objetiva (Geral; Pessoa com Deficiência; Afrodescendente)	25/05
Recurso Contra Resultado Preliminar Prova Objetiva	28 e 29/05
Publicação do resultado dos Recursos – Resultado Preliminar Prova Objetiva (se houver)	05/06
Divulgação do Local da Prova Prática	05/06
Publicação do resultado Preliminar da Prova de Títulos	05/06
Recurso Contra Resultado Preliminar Prova de Títulos	06 e 07/06
Publicação do resultado dos Recursos – Resultado Preliminar Prova Títulos (se houver)	14/06
Data da Prova Prática	17/06
Divulgação do resultado da prova prática	19/06
Recurso Contra resultado da prova prática	20 e 21/06
Publicação do resultado dos Recursos contra prova prática	28/06
Publicação do Resultado Final (Geral; Pessoa com Deficiência; Afrodescendente)	28/06
Homologação do Concurso após transcorrido todas as oportunidades de recursos	03/07

Obs.: As datas no Cronograma poderão sofrer alterações, sendo divulgadas previamente nos moldes de publicação e divulgação prevista no Edital.